Revista Geoconexões online

TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO DA PARAIBA

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de[1]

Recebido (Received): 01/03/2022 Aceito (Accepted): 05/03/2022

Como citar este artigo: SOUZA JÚNIOR. X.S.S.S. Turismo como alternativa para desenvolvimento territorial de municípios do interior do Estado da Paraíba. v.2, Edição Especial, p.02-20, 2022 (Dossiê: Uma contribuição geográfica para consolidação do turismo como alternativa de desenvolvimento da região geográfica de Campina Grande).

RESUMO: O turismo vem se constituído como uma das principais alternativas de desenvolvimento territorial para os municípios brasileiros, especialmente nos setores litorâneos devido aos benefícios climáticos que favorecem a difusão do turismo de praia, apesar das diversidades paisagísticas e culturais encontradas nos municípios interioranos à exemplo de Campina Grande devido a sua influência no contexto do desenvolvimento regional conforme resultados da pesquisa desenvolvida entre 2018-2022 com financiamento do CNPq, a qual teve por objetivo identificar os desafios para consolidação do turismo na região geográfica de Campina Grande a partir da identificação dos municípios inseridos nessa região por terem atributos que os qualifique como reais e potenciais. Os procedimentos adotados pautaram-se na aplicação de questionários, preenchimento de inventários, realização de entrevista e análise empírica. A pesquisa constatou que a produção do espaço turístico no Estado da Paraíba esteja passando por um processo de interiorização seguindo, portanto, um sentido contrário ao evidenciado na realidade regional.

PALAVRAS-CHAVE: turismo, espaço, metodologia

REFLECTIONS ON PUBLIC HEALTH IN MARANHÃO AND THE SEASONALITY OF COVID-19 CASES

ABSTRACT Tourism has become one of the main alternatives for territorial development for Brazilian municipalities, especially in coastal sectors due to the climatic benefits that favor the spread of beach tourism, despite the landscape and cultural diversities found in inland municipalities, such as Campina Grande. due to its influence in the context of regional development according to the results of the research developed between 2018-2022 with funding from CNPq, which aimed to identify the challenges for the consolidation of tourism in the geographic region of Campina Grande from the identification of the municipalities inserted in this region because they have attributes that qualify them as real and potential. The procedures adopted were based on the application of questionnaires, filling out inventories, conducting interviews and empirical analysis. The research found that the production of tourist space in the State of Paraíba is undergoing a process of internalization, therefore, following a direction contrary to that evidenced in the regional reality.

KEYWORDS: tourism, space, production, methodology

[1] Graduado em Geografia e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Atualmente, é professor da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: xisto.serafim@professor.ufcg.edu.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1502-449X

Introdução

A globalização do modelo capitalista, especialmente durante o século XX fez com que os governantes investissem cada vez mais em programas de infraestrutura e favorecimento da locação de equipamentos urbanos visando à dinamização econômica de seus centros administrativos. Entre os empreendimentos evidenciados, o turismo passa a ter um destaque progressivo ao se tornar um elemento estratégico ao desenvolvimento e organização espacial, especialmente para os municípios que dispunham de condicionantes físico-naturais e socioculturais favoráveis a essa atividade.

O reflexo disso na realidade brasileira está evidenciado nos investimentos realizados pelas administrações municipais nas infraestruturas (rodovias, aeroportos, obras de restauração etc.) e estímulos à difusão de equipamentos urbanos (hotéis, pousadas, restaurantes etc.), os quais são indispensáveis a consolidação dos espaços como turísticos. Embora isso tenha se desenvolvido em praticamente todas as capitais, foi na região Nordeste do País onde esses investimentos se apresentaram como elementos-chave no processo de reorganização espacial, embora não de forma homogênea.

A partir da pesquisa realizada entre os anos de 2019/2022, sob financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujos resultados apresentamos neste texto e em artigos específicos publicados na edição especial da revista geoconexões online, v.2, 2022 (https://geoconexoes.com/ojs/index.php/periodicos/index), a difusão do turismo na região não ocorreu por acaso. De um lado, foi nessa região que os agentes de turismo encontraram a combinação ideal segundo o modelo predominante na escala mundial - valorização da tríade sol, praia e mar. Por outro lado, foi com o estímulo ao desenvolvimento dessa atividade que o governo federal pôde “amenizar” a má impressão deixada pela ineficiência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através da valorização das propriedades físico-naturais da região (morfológica e climática), adequadas ao modelo de internacionalização ou de massificação do turismo.

Nesse contexto, as administrações municipais, orientadas pelo padrão de desenvolvimento estimado pelo governo federal, foram direcionadas ao investimento em obras de infraestrutura (facilidades de fluxo, saneamento básico, criação de áreas de recreação etc.) e elaboração de políticas de viabilização do turismo como estratégia de desenvolvimento. Associada à falta de investimentos do setor privado, a ausência de ações de planejamento voltadas para a criação de espaços turísticos por parte do poder público

trouxe consigo a implementação de modelos alternativos na realização da atividade turística, os quais têm como principais agentes articuladores a própria sociedade civil.

Essa nova forma de "se fazer turismo" vem, no entanto, sendo motivo de preocupações uma vez que é feita, majoritariamente, de forma amadora, fato que pode resultar em danos irreversíveis ao meio ambiente. Apesar de termos que considerar os possíveis impactos da pandemia ao setor de turismo, a pesquisa possibilitou observar o "despreparo" do setor público quanto ao seu papel de gestor e real articulador dessa nova prática de se fazer turismo e às dificuldades econômicas que influenciam o confronto com as normas estabelecidas pelo poder público.

A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2019-2022 e contou com a participação de seis estudantes, dos quais um bolsista, e quatro pesquisadores e teve como principal procedimento metodológico a análise de inventários e entrevistas. As medidas restritivas contra o avanço do novo Coronavírus exigiram adequações nos procedimentos especialmente no que se refere a obtenção de informações.

A contribuição da Geografia na consolidação do conceito de turismo

Se partirmos do pressuposto defendido por Medina (2012) de que toda investigação científica desenvolvida pelas ciências da sociedade sobre o fenômeno turístico se inicia pela definição do objeto a ser investigado, fato que direciona para o inevitável recorte teórico e metodológico da realidade, a contribuição dos geógrafos para o estudo do turismo se estrutura de forma complexa uma vez que o próprio espaço, objeto de estudo do geógrafo, tem seu significado expresso na complexidade das relações socioespaciais da realidade investigada.

O fato é que, se por um lado os geógrafos têm se preocupado com a definição do objeto da Geografia do Turismo, por outro, o entendimento do turismo como alternativa estratégica de desenvolvimento tem tornado esta tarefa difícil devido à complexidade de interesses inerentes a produção e consumo de espaços pelo turismo por parte de diferentes segmentos da sociedade.

De acordo com Cruz (2002) o turismo produz um efeito contraditório nas dinâmicas socioespaciais em que se desenvolve uma vez que aparece como alternativa econômica resultante das práticas de produção e consumo dos espaços tornando-se uma forte "arma" de reordenamento espacial.

O entendimento do significado de turismo pela abordagem geográfica supera, portanto, as definições tradicionais que relacionam esta atividade como mais uma função espacial. Enquanto evento-consequência de práticas de produção e apropriação espacial, o turismo aparece como um fato social estruturado pelas diferentes intencionalidades de

sujeitos sociais preocupados com a difusão da gestão dos territórios, produção e consumo. É, portanto, parte da diversidade de eventos que interferem na reestruturação dos espaços dando a estes novas relações e funções.

Se fizermos um resgate sobre a produção geográfica desde o período pós-sistematização científica (séc. XIX), poderemos evidenciar que, assim como ocorre com outros fatores responsáveis pela relação socioespacial, o turismo tem seu desenvolvimento em harmonia com a investigação científica, fato que pode justificar a pertinência de estudá-lo segundo o viés geográfico enquanto produtor de paisagens tendo como aspecto comum as experiências empíricas.

Com a influência de "agentes patrocinadores", não demorou muito para que a atividade turística se utilizasse, indiretamente, do aporte descritivo fornecido pela Geografia ao optar pela seleção de espaços destinados à atividade turística. Tais espaços passaram a ser não apenas os que compreendiam os cenários naturais, mas também as grandes construções e monumentos arquitetônicos históricos. A produção geográfica se torna novamente fundamental para explicação dessas novas relações socioespaciais produzidas pelo turismo. Compreendidos como delimitação de áreas, os conceitos de região e território passam a ser utilizados na análise das organizações espaciais, embora o de paisagem se destaque entre os estudiosos do turismo. Para isso, a Geografia, da segunda metade do século XX, busca nos modelos sistêmicos o embasamento para a análise das funcionalidades definidas para o espaço e dos elementos responsáveis por sua produção (OLIVEIRA, 2001).

No momento em que se dava a primeira tentativa de sistematização do conhecimento geográfico baseado na descrição dos elementos naturais e sua classificação como paisagem (século XIX a meados do século XX), a atividade turística tomava novos rumos passando a ser relacionada a práticas de lazer que proporcionasse melhorias na qualidade de vida dos usuários.

Em outro viés de análise da geografia tradicional houve um redirecionamento de seus objetivos de estudo. Esta nova abordagem buscou valorizar o elemento cultural como fator relevante na classificação das paisagens geográficas. É formulado então o conceito de paisagem cultural como alternativa para analisar a inter-relação entre a natureza e o homem e os processos inerentes a ambas (GOMES, 1997, P.27) devendo, assim, considerarem-se as interdependências dos fatores naturais e históricos.

Novamente o turismo se utiliza destas novas concepções ao valorizar, na seleção de espaços destinados a visitação turística tanto os cenários naturais como os monumentos arquitetônicos históricos. São, assim, criados roteiros onde os diversos

conjuntos arquitetônicos adquirem importância semelhante à dos ambientes naturais uma vez que ambos são produtos de uma temporalidade, como é o caso da "exploração" das ruínas das civilizações Maia, inca, egípcia etc. Adiciona-se a isto a profissionalização das atividades e a crescente exigência dos visitantes refletiram na necessidade de mudança também dos aspectos fisionômicos dos centros urbanos, especialmente no que se refere à infraestrutura (transporte, estadia, higiene, conforto, etc.) e equipamentos (objetos criados e/ou adaptados para o turismo, como é o caso do trem com leito e do navio a vapor) (OLIVEIRA, 2001).

A partir da Segunda metade do século XX, com os geógrafos "regionalistas", a paisagem é deixada um pouco as margens da investigação científica ao ser substituída por conceitos como região e território no processo de classificação de áreas e delimitação espacial (COSTA, 1995). Contudo, outros ramos do saber, como a biologia, utilizaram-se deste conceito classificando-o como resultado da influência dos diferentes sistemas físico-naturais (atmosférico, hidrológico, biótico – incluindo também o homem -, etc.). Coube a geografia soviética a adaptação desta abordagem a análise geográfica através da criação da teoria geossistêmica (MONTEIRO, 2001). As classificações de paisagem são delimitadas, assim, a partir da sobreposição dos elementos, em diferentes escalas, e em contínua interdependência que configurariam o que Ross (2001), ao fazer referência a Grigoryev, classificou como estrato geográfico da terra.

Tal aspecto coincide com as descobertas das praias como ambiente de lazer, especialmente pelos europeus que nos períodos de férias fugiam do rigor do inverno em direção as orlas marítimas da região intertropical (OLIVEIRA, 2001). Os ecossistemas costeiros se tornaram os condicionantes paisagísticos mais valorizados pelos visitantes e, evidentemente, pelos agentes de turismo dos ambientes que dispunham de tal condicionante paisagístico. Em contraposição, com o objetivo de se adaptar a esta nova conjuntura, os espaços urbanos, especialmente os das capitais litorâneas, são reconstruídos através da implementação de novos equipamentos e infraestruturas que, direta ou indiretamente, foram criados para o atendimento das novas demandas espaciais "impostas" pela atividade turística. Em outra escala, as localidades rurais (interioranas), com todo os seus atributos geofísicos, começavam a despontar como alternativa de lazer por fornecer uma possibilidade de fuga ao *stress* urbano cada vez mais presente e sufocante e, evidentemente, uma emergente potencialidade turística.

Para explicar essa "nova ordenação" de consumo espacial pelo turismo, foi adaptado o modelo geográfico de Walter Christaller (teoria das localidades centrais),

observando-se a distância dos polos de difusão da atividade segundo uma perspectiva sistêmica e hierárquica (BARROS, 1998). Esta perspectiva foi retomada com o modelo cíclico desenvolvido por R. Butler (BARROS, 2002, p.18) considerando o *resorts*[2] "como uma área, uma região ou uma unidade espacial definida pelo turismo (cujo desenvolvimento) poderia ser teoricamente representado, modelado, através de uma sequência em seis estágios ou fases: exploração, envolvimento, consolidação, estagnação e, finalmente (...) declínio ou rejuvenescimento". Esta concepção, conforme advertido pelo autor, é flexível haja vista o fato de estar sempre sujeita a influência de fatores externos que tanto podem acelerar; como dificultar, interromper ou redirecionar o sistema (BARROS, 2002).

Isto foi ainda mais acentuado com a criação de empreendimentos e roteiros destinados exclusivamente para a atividade turística. Assim, o turismo passa a ser também enquadrado como um sistema cuja dinâmica encontra-se relacionada ao equilíbrio entre a oferta e demanda. Novamente existe uma valorização da paisagem, estipulada como potencialidade devido ao seu caráter estético produzido pelo arranjo e interdependência de seus elementos.

A inclusão do turismo como alternativa de desenvolvimento tem, portanto, provocado mudanças significativas no sistema urbano a exemplo do que evidenciamos nos municípios selecionados. A estruturação das redes entre as cidades reforça a relação dialética na promoção da integração territorial a partir da valorização contraditória de um movimento centrífugo (ao reforçar a estruturação de redes entre os municípios de forma a promover a dispersão do processo de reestruturação socioespacial) e centrípeto (ao reafirmar os centros urbanos tradicionais como principais espaços do sistema proposto).

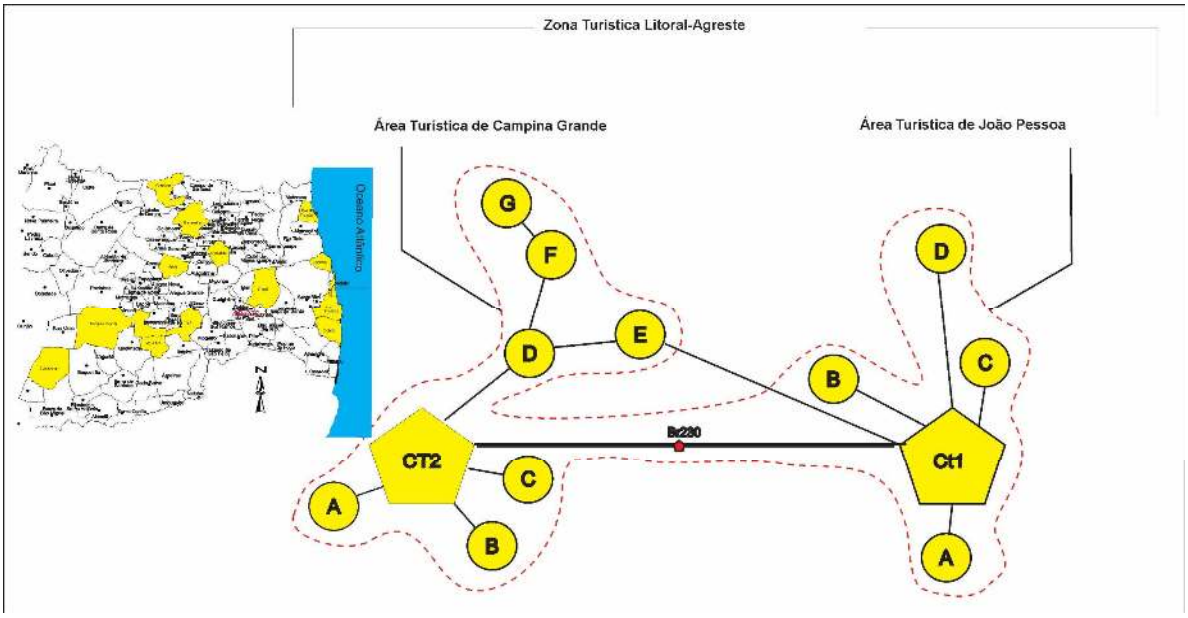
Desta forma, apesar do discurso de promover a formação de uma rede de desenvolvimento a partir de investimentos nas funções turísticas, sejam estas reais ou potenciais, a estruturação urbana consequente da difusão desta atividade continua sendo limitada ao priorizar espaços urbanos tradicionalmente selecionados como centrais, colocando em xeque a eficiência da formação de uma rede de desenvolvimento (Figura 01).

O sistema turístico e a rede onde este se encontra sitiado é, portanto, produto da relação entre os polos de atração e os espaços satélites cujos atrativos passam a dar sentido ao espaço turístico confabulando para a criação de espaços hierárquicos para o desenvolvimento do turismo (BARROS, 1998; 2002). Entre os aspectos que passam a ser

[2] Na concepção geográfica de *resorts* entenda-se como sendo "*uma área ou zona ou região – e não uma unidade hoteleira – geográfica mais ou menos diferenciada e individualizada em relação às áreas circundantes, com uma extensão definível...*" (BARROS, 2002, p.13)

relevantes para o desenvolvimento do sistema turístico destacam-se os elementos arquitetônicos de valor histórico, estimulando vários centros urbanos a investirem na construção de infraestrutura para “exploração” do turismo cultural. Com o estabelecimento de vários pontos de atração e difusão são criadas as primeiras redes turísticas, ou seja, o turismo passa a não privilegiar o fixo, mas os roteiros, contribuindo para uma maior divulgação das regiões que investiram na atividade turística, apesar das limitações anteriormente mencionadas.

Figura 1: Modelo esquemático dos espaços conectados em redes



CT1: João Pessoa

A = Conde, B = Santa Rita;
C= Cabedelo; D=Baia da Traição

CT2: Campina Grande

A = Monteiro; B=Fagundes; C= Ingá; D=Areia
E= Guarabira; F=Bananeiras; G=Araruna

A partir da década de 1970, o crescimento urbano e o agravamento dos embates sociais, especialmente sobre o futuro da natureza, foram determinantes na ocorrência de mudanças na relação homem-natureza. Na Geografia o reflexo disso é representado pelas críticas aos modelos anteriores de explicação da dinâmica espacial, os quais são provenientes das produções de geógrafos adeptos ao materialismo histórico e dialético que passaram a compreender a paisagem como “conjunto de formas” que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza (SANTOS, 1997, p. 83). Por outro lado, os geógrafos fenomenologistas associaram a

paisagem a um “recorte espacial de uma determinada parcela da superfície da terra, cujos atributos naturais e paisagísticos evocam sentimentos de amenidades e recordações vitais, capazes da rápida apreensão e descrição pelo observador” (GOMES, 1997, p.38)**.**

Tais relações produzem uma divergência na forma de se compreender as espacialidades produzidas pela atividade turística, a qual passou a valorizar tanto os aspectos naturais e artificiais produzidos ao longo da história como a própria impressão que as configurações paisagísticas deixam no imaginário do indivíduo – lembranças ou desejos de visitação. A atividade turística é, assim, de um lado valorizada como atividade consumidora de espaços (CRUZ, 2002) e por outro é produto também de ações dos mais diferentes atores sociais através de suas práticas ou intencionalidades.

Os desafios da produção do espaço turístico no Nordeste brasileiro e seu rebatimento no estado da Paraíba

Os reflexos da estruturação/restruturação a partir da produção/ apropriação espacial do turismo estão presentes de diversas formas. Gottdiener (1990), por exemplo, evidencia estes reflexos através de três fenômenos que vem ocorrendo nos espaços urbanos: a) a gentrificação – elitização de antigos bairros; b) a reconfiguração habitacional e de serviços e – substituição de antigas funções espaciais voltadas para o turismo e; c) a criação de *Malls* – corredores comerciais de acesso exclusivo a pedestres através do fechamento e cobertura de uma ou mais vias públicas ou locação de um moderno *shopping Center* (Gottdiener, 1990, p. 71). Contudo, tais fenômenos reproduzem um processo cada vez mais presente no contexto urbano: a segregação socioespacial. Tal processo nos possibilita uma melhor compreensão da dinâmica da reestruturação do espaço turístico sendo, assim, merecedor de uma atenção mais especial.

No que se refere à produção social do espaço turístico estes fenômenos emergem como um dos mais importantes desafios aos gestores e agentes empreendedores uma vez que a seleção de alguns territórios, estruturados em uma rede de integração funcional nem sempre materializada de forma voluntária, implica na exclusão de outros materializando. Há, portando, um jogo dialético no qual a integração funcional implica na própria segregação espacial. Observamos isto no contexto da formação do circuito do frio quando observamos as realidades de Campina Grande, Areia e Bananeiras (cidades importantes neste circuito) ao tempo em que Alagoa Nova e Alagoa Grande ficam excluídas desta política.

Outro aspecto relevante é o fato de que as estratégias de desenvolvimento vêm sendo historicamente deficientes quanto à escala de abordagem. Tradicionalmente, inseridas nos vários planos de desenvolvimento criado pelo Estado brasileiro ao longo das três últimas

décadas do século XX assim como as propostas apresentadas no primeiro decênio entre as quais a criação do Ministério do Turismo e da Política Nacional do Turismo, as propostas desenvolvidas pela SUDENE tentaram resolver o problema regional abordando uma escala mais geral, desconsiderando as demandas locais a nível estadual que deveriam servir de parâmetros para a elaboração de um planejamento mais condizente com as necessidades dos estados nordestinos, seguindo em sentido oposto a orientação apresentada na Conferência de Manila (1980) que ao indicar a importância do turismo para o ser humano ao incluí-lo como um indicador de qualidade de vida (DIAS, 2008) transfere para as municipalidades a responsabilidade de viabilizar sua difusão.

> O fluxo turístico de uma localidade (...) não depende, necessariamente, de ações de um órgão nacional; através de medidas locais, um governo municipal pode ser capaz de atrair investimentos e, com uma promoção eficiente, tornar o município um centro de atração turística que poderá rivalizar com outros centros do restante do mundo (DIAS, 2008, p.27).

Nesse contexto, o turismo é apresentado, especialmente a partir das três últimas décadas do século XX como alternativa à promoção da inclusão social e dinamização da economia, especialmente para os municípios da região Nordeste na qual o Estado possui uma dívida histórica quanto ao desenvolvimento de ações estruturantes (ARAÚJO, 2000). Desta forma, a supervalorização dos espaços litorâneos acaba por segregar e privatizar espaços de uso público, a exemplo dos espaços interioranos cujo desenvolvimento do turismo ainda se encontra restrito aos fatores religiosos e culturais, salvo alguns casos em que outros elementos são utilizados como aporte turístico. A principal consequência disso é o processo de seleção e supervalorização de determinadas localidades em detrimento da valorização de redes de desenvolvimento os quais, diga-se de passagem, também são evidenciados entre os municípios litorâneos.

Reforça-se, neste contexto, a existência de contrastes tão característicos da região uma vez que tanto nas localidades receptoras como nas emissoras se evidencia uma ausência de conscientização social acerca da importância de se debater a sustentabilidade da inclusão do turismo como opção de desenvolvimento das regiões interioranas, fato que tem contribuído com o sucateamento de suas potencialidades turísticas, especialmente os de ordem natural e cultural (RODRIGUES, 1997) a exemplo do que ocorre com a região imediata de Campina Grande uma vez que, excetuando Campina Grande, os municípios possuem conexões intraterritoriais precárias, atrativos sem os devidos cuidados e, principalmente, ausência de uma instância governamental que responda exclusivamente pela pasta do

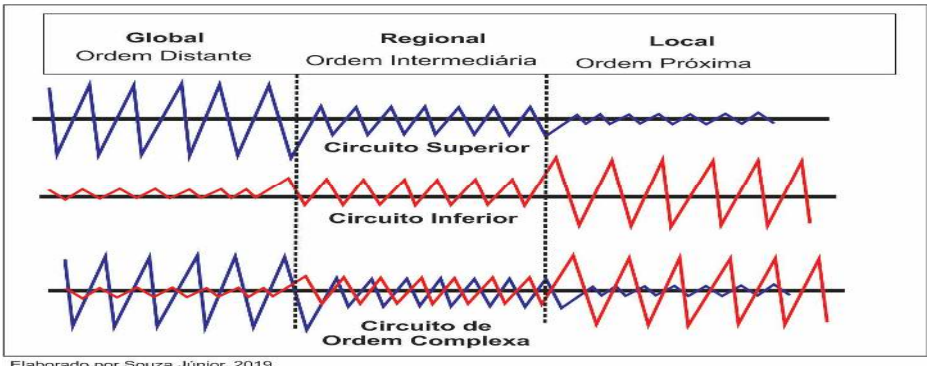
turismo.

Um último aspecto importante ao qual convidamos o leito a iniciar uma reflexão sobre os seus fundamentos diz respeito a relação direta do turismo nos dois circuitos da economia urbana (Superior e Inferior) definidos por Santos (1979)[3] uma vez que compreende tanto as ações socioeconômicas do Estado e das Corporações como pelo fato de dinamizar o terceiro setor motivado pelas reestruturações espaciais decorrentes da inclusão de novos equipamentos urbanos, mesmo em localidades periféricas.

De fato, a relação glocalizante (global – local) proposta por Santos nos Circuitos da Economia, sendo o superior mais intensivo na escala global e o inferior mais intensivo na escala local exclui uma outra escala que entendemos ser estratégica na promoção das políticas de turismo. Estamos nos referindo a escala regional que superpõe a frequência desses circuitos, especialmente no que se refere a difusão das atividades turísticas uma vez que os grandes empreendedores atuantes na escala global negligenciam as particularidades das realidades locais (municipais) ao tempo em que os pequenos articuladores da economia urbana atuantes na escala local não possuem condições logísticas de atingir de imediato as redes que se materializam na escala global.

Teríamos, assim, o turismo como atividade econômica viável para dinamizar as articulações regionais ao superpor as práticas socioespaciais dos sujeitos vinculados a Ordem Distante e a Ordem Próxima, segundo os fundamentos apresentados por Lefebvre (2001), de forma a criar o que poderíamos classificar como Circuito Intermediário de Ordem Complexa cuja intensidade das ondas se apresenta mais estável e equivalente (Quadro 1).

Quadro 1: Modelo de relação escalar na influência do turismo nos circuitos econômicos.



Autoria: Xisto Souza Júnior, 2019

[3] A teoria dos Circuitos da Economia Urbana proposta por Santos na década de 1970 vem sendo resgatada por alguns teóricos nessa primeira década do século XXI, apesar da resistência de outros que concebem esta análise como insuficiente para compreensão da economia dos contextos urbanos da atualidade.

Desafios na interiorização do turismo no Estado da Paraíba

Souza Júnior (2018) considera que a interiorização do turismo na região nordestina deve ser concebida como uma preocupação prioritária aos gestores e segmentos sociais envolvidos direta ou indiretamente com o turismo uma vez que a sua inclusão na política pública proporciona melhorias na receita dos municípios, especialmente no que se refere aos indicadores de pobreza, debilidade econômica, urbanização, educação e renda familiar que, historicamente, têm influenciado de forma negativa na classificação dos municípios desta região dentro dos parâmetros apresentados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Tem-se, portanto, uma proposta que sustenta a tese de que o turismo pode se concretizar como alternativa ao desenvolvimento regional por proporcionar o fortalecimento e diversificação da base produtiva, aumentar a competitividade e integrar os territórios favorecendo tanto a participação do poder público nas três instâncias federativas (municipais, estadual e federal) como do setor privado considerado como estratégico na viabilização das políticas de desenvolvimento territoriais sendo, portanto, os benefícios

Tal fato desperta a atenção não apenas dos estudiosos, mas dos agentes envolvidos na gestão e implantação de espaços turísticos, atuando estes de forma direta (Estado e agências empreendedoras) ou indireta a exemplo da mídia que alardeia crescimentos a curto prazo ao considerar o fato do turismo ser uma das atividades evidenciadas em escala planetária, incluindo todos territórios. Apesar de ser uma política globalizante que favorece as grandes corporações e as gestões públicas através da implantação de grandes empreendimentos, evidenciam-se, especialmente nos países emergentes, iniciativas locais pautadas na implantação de projetos modestos, porém inovadores ao incluir na questão cultural, pautada na experiência cotidiana, a sua principal característica. Estas duas realidades podem coexistir dentro de um espaço regional (circuito de Ordem Complexa) desde que realizada de forma planejada, pautada em um estudo de campo no qual identifique as principais dificuldades econômicas, sociais e ambientais das municipalidades que compõem a região.

Por se caracterizar, portanto, como uma atividade dinamizadora das economias locais e ser, de acordo com o PNT (Plano Nacional de Turismo), uma ferramenta de planejamento e ação estratégica, o interesse pelo estudo da influência do turismo no desenvolvimento regional corrobora com as metas estabelecidas pelo governo Federal na reestruturação dos espaços por atividades turísticas com ênfase no compromisso com o desenvolvimento local e inclusão social uma vez que a sua execução direciona-se a

estruturação dos destinos, diversificação das ofertas e da qualidade do produto turístico no âmbito das cidades e, consequentemente, da região.

No caso de Campina Grande, por exemplo, apesar de ser a segunda cidade mais importante no Estado da Paraíba, contabilizado o segundo PIB do Estado (R$ 4.992.962) e possuir diversos atrativos capazes de influenciar em visitas a cidade[4], a exemplo das festas juninas e do feriado de carnaval que congrega vários eventos religiosos, caracterizando-se como um diferencial no contexto regional, a cidade ainda não conseguiu exercer o seu papel no contexto regional sendo apenas um ponto de apoio para visitação na região uma vez que a maioria dos turistas que visitam a cidade fora dos períodos de festividades ainda optam pela hospedagem em João Pessoa que se caracteriza como principal polo de atração e dispersão.

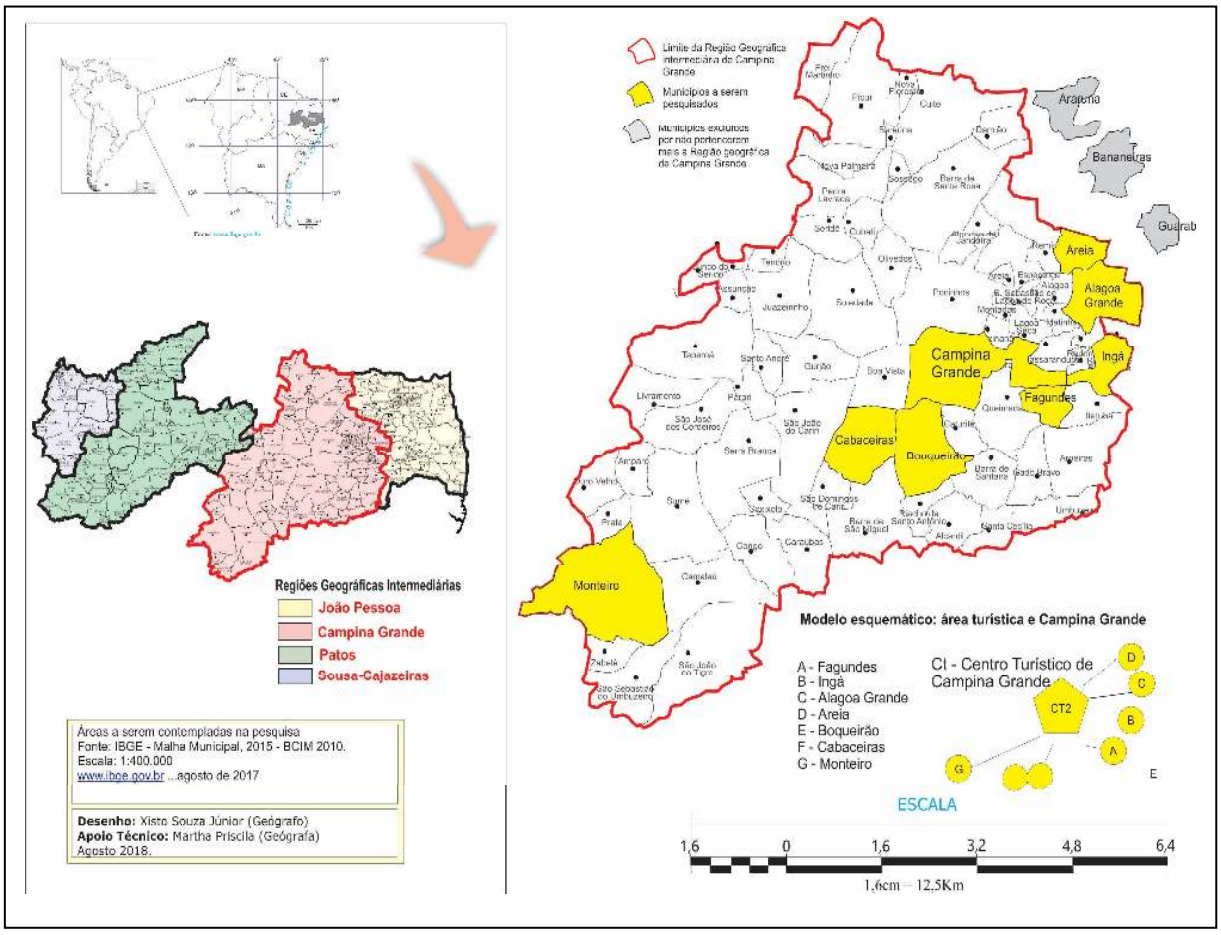
Por outro lado, a existência de uma complexidade paisagística (natural e cultural) em municípios da região (Areia, Alagoa Grande, Campina Grande, Fagundes, Ingá, Cabaceiras, Boqueirão, Monteiro), conforme identicamos nas visitas de campo, associada a importância de Campina Grande no cenário regional enquanto cidade média, se caracteriza como algo importante e promissor para o desenvolvimento do turismo nessa região (Mapa 1), especialmente pelo fato dos munícios citados estarem inseridos oficialmente como pertencentes a regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro (MTB) definidas no Programa de Regionalização do Turismo (Brasil, 2018) e nas Portarias (n. 313, de 3/12/2013 e n.144 de 27/08/2015) do Ministério do Turismo que definem a regionalização como princípio de desenvolvimento regional do turismo compostos por municípios com características similares ou complementares.

Contudo, a classificação dos municípios que compõe essa proposta de regionalização na categorização dos municípios das regiões turísticas do MTB deve ser concebida como fato preocupante. Dos critérios adotados pelo MTB[5] (análise das variáveis Estabelecimentos, Empregos, Visitações Nacionais e Visitações Internacionais) apenas Campina Grande (categorizada com B) possui uma pontuação aceitável para atração de ações de desenvolvimento e consolidação do turismo na região (Tabela 1):

[4] A respeito desses atrativos solicitamos que acessem o site do grupo GIDS (https://www.smartcity.geoconexoes.com/cidade-sustentável)

[5] Os 3.285 municípios categorizados no Mapa do Turismo Brasileiro foram incluídos em cinco categorias (A, B, C, D e E). Na categoria "A" foram incluídos os municípios nos quais se constatou a presença de todas as variáveis. Nas categorias "B, C e D" foram classificados os municípios com duas a três categorias ao tempo em que a categoria "E" os municípios sem nenhuma categoria identificada (BRASIL, 2016).

Mapa 1: Municípios da Região Geográfica de Campina Grande considerados como espaços potenciais na configuração da área turística de Campina Grande



.

Autor: Xisto Souza Júnior, 2018

Tabela 1: Classificação dos municípios da Região Geográfica de Campina Grande no MTB

Categoria	Quantidades de Municípios Classificados	Situação dos Municípios Estudados
A	57	
B	179	Campina Grande
C	539	
D	1961	Areia, Alagoa Grande, Ingá, Cabaceiras, Boqueirão e Monteiro
E	549	Fagundes

Fonte: BRASIL, 2016

Conforme observado na tabela acima, excetuando Campina Grande que está enquadrada na categoria “B” e Fagundes na categoria “E”, os municípios selecionados estão enquadrados na categorização “D” do Programa de Regionalização do Turismo. Tal fato confirma a posição de Campina Grande como potencial centro turístico regional e a necessidade de se realizar ações que contribuam na requalificação dos municípios na caracterização dos municípios turísticos. Além disso, se considerarmos a proposta da Política de Regionalização do Turismo estruturada na valorização cultural (turismo de base comunitária) e na categorização (agrupamentos de municípios como estratégia de desenvolvimento) o incentivo ao desenvolvimento do turismo nessa região converge com as metas previstas nos PNDR e PRODETUR a partir da estruturação do espaço turístico no processo de regionalização.

A complexidade dos elementos que estruturam os potenciais turísticos dos municípios remete para a necessidade de inclusão da base comunitária como algo estratégico na sua consolidação, especialmente pelo fato de envolver comunidades tradicionais (neste caso os quilombolas e artesãos) que historicamente são excluídos do debate sobre a produção dos espaços turísticos. Deve-se considerar o fato da existência de instituições de pesquisas e Universidades Públicas na região assim como empresas de qualificação profissional entre as quais se destacam o SENAI E SENAC devido a quantidade de cursos profissionalizantes e a facilidade para a realização de parcerias com empresas que demonstrem interesses em colaborar com o desenvolvimento das atividades.

Finalmente, o baixo índice de participação dos municípios envolvidos no PIB do Estado (Tabela 2) se caracterizam como um fator historicamente limitante ao processo de desenvolvimento individual de cada município.

Tabela 2 – PIB *Per capita* dos Municípios da Região geográfica intermediária de Campina Grande incluídos como potenciais turísticos

Municípios	Ano
	2016 (R$)
Alagoa Grande	8.378,43
Areia	9.056,24
Boqueirão	9.641,82
Cabaceiras	8.466,38
Campina Grande	20.534,71
Ingá	8.405,32
Monteiro	13.599,64

Fonte: IBGE, 2019

Contudo, se pensados de forma conjunta (escala regional), a participação coletiva destes municípios atinge um pouco mais da metade do PIB da Capital, possibilitando uma maior possibilidade de concorrência na atração de investimentos públicos e privados.

Entre os municípios analisados e classificados pelo MTB como turístico por ter pelo menos uma das variáveis, identifica-se que apenas Campina Grande possui uma renda *per capita* razoável ao retorno de investimentos na estruturação desse espaço como turístico. Contudo, a ausência de informações sobre os atrativos da cidade e do próprio pensamento reducionista de compreendê-la como turística apenas em decorrência dos festejos juninos, constitui como um dos principais desafios na consolidação de espaços turísticos. Por outro lado, as proximidades espaciais entre os outros municípios contribuem para potencialização deles desde que sejam realizadas políticas que viabilizem a mobilidade entre os espaços. Poderiam ser identificadas pelo menos duas sub-regiões turísticas. A primeira congregaria os municípios de Areia, Alagoa Grande e Campina Grande e a segunda Boqueirão, Cabaceiras, Ingá e Monteiro

Procedimentos adotados para o mapeamento dos municípios com potenciais turísticos na região geográfica de Campina Grande

Para o entendimento da problemática proposta recorremos à adoção de procedimentos metodológicos que possibilitassem uma leitura abrangente do objeto investigado sem negligenciar da necessidade de se apropriar diretamente da análise das paisagens enquanto expressão de espaço produzido para o turismo. Tal embasamento buscou mesclar os procedimentos propostos por (BOULLON, 2002) e (CAPDEVILA, PLA, & VALENTI, 1992) acrescidos de procedimentos adotados por Souza Júnior (2018).

No que concerne às contribuições de Boullón (2002) recorremos ao entendimento do espaço turístico a partir da identificação de cinco tipos: a) real (existente); b) potencial (condições de existência futuras); c) cultural (artificialmente produzido); d) natural adaptado (estruturado segundo a preservação paisagística original) e; e) artificial ou urbano (artefatos construídos pelo homem). Para identificarmos a distribuição territorial dos atrativos e empreendimentos recorremos ao método empírico igualmente proposto por Boullon (2002)

Para classificação desses espaços foram realizadas atividades de campo em municípios selecionados a partir de indicadores de órgãos do governo responsáveis pela classificação dos tipos de atividades turísticas no Estado: a Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR) e a secretaria de turismo, observando a classificação dos mesmos no Programa de Regionalização do Turismo, além de ter sido considerada a existência das variáveis do Mapa de Turismo Brasileiro.

A atividade de campo consistiu na observação participante através do preenchimento do inventário, aplicação de questionários e realização de entrevistas estando a preocupação voltada para análise da produção e apropriação do espaço dando a este uma função turística devido à caracterização de suas paisagens evitando ou reduzindo, portanto, o risco de se ter a participação de visitantes presentes no espaço enquanto participantes de atividades ou eventos que não necessariamente são produtores e consumidores de espaços.

Com base nesses procedimentos identificou-se os seguintes tipos de espaços, componentes e atrativos nos municípios pesquisados (**Tabela 3**):

Tabela 3 - espaços turísticos em consolidação na região de Campina Grande

Município	Tipo de espaços turísticos	Componente	Atrativos predominantes
Areia	real, cultural e urbano	Núcleo e conjunto	Turismo cultural
Fagundes	potencial/ natural adaptado	Unid turística	Turismo religioso
Ingá	potencial/ natural adaptado	Núcleo turístico	Turismo cultural
Campina Grande	potencial e artificial	Centro Turístico	Turismo cultural
Cabaceiras	potencial/ natural adaptado	Núcleo turístico	Turismo cultural e natural
Boqueirão	potencial/ natural adaptado	Unid turística	Turismo natural
Alagoa Grande	potencial/ cultural adaptado	Unid turística	Turismo cultural
Cabaceiras	real, cultural e urbano	Núcleo e conjunto	Turismo cultural
Monteiro*			

Observação: Devemos mencionar que a exclusão de Monteiro se deve a ausência de identificação dos tipos de componentes dos turísticos durante as observações de campo
Fonte: Uso da classificação de Boullón (2002) e observação de campo (2020/2021).

Devido à ausência de políticas destinadas a consolidação dos empreendimentos e atrativos turístico, Campina Grande ainda não possui um espaço característico estruturado, apesar de diversos atrativos capazes de influenciar em visitas a cidade, a exemplo das festas juninas e do carnaval que congrega vários eventos religiosos, o qual se caracteriza como um diferencial no contexto regional, Apesar de ser a segunda cidade mais importante no Estado da Paraíba. As visitas feitas pelos turistas, quando eles não realizam por motivos de negócio, limitam-se a participação nos eventos. Assim sendo, o turista não se apropria efetivamente do espaço.

Por outro lado, embora seja atualmente um espaço de atração, a maioria dos visitantes tem ainda João Pessoa como o principal espaço de atração e dispersão. Tal fato coloca em xeque a função da cidade de Campina Grande como um centro turístico, apesar do potencial para isto. Contudo, considerando a sua importância dentro do Estado da Paraíba e o seu potencial paisagístico, Campina Grande se caracteriza como um centro turístico potencial.

Já os municípios de Areia e Cabaceiras evidenciou-se uma classificação diversificada sendo estes, simultaneamente, classificados como núcleo (se considerarmos o fato de que os atrativos estão restritos aos seus respectivos espaços) e conjunto turístico (se considerarmos a influência destas cidades em atividades culturais como o circuito do frio e na apropriação das paisagens naturais através das trilhas que as conectam).

Ao Sul/sudeste do município de Campina Grande destacam-se os municípios de Alagoa Grande, Fagundes e Ingá e Boqueirão. No caso de Fagundes o turismo religioso (pedra de Santo Antônio) associado a evidência de inscritos rupestres no espaço rural influenciam na caracterização da cidade como unidade turística. Já o município de Ingá caracteriza-se como um núcleo turístico uma vez que seu espaço está restrito aos registros rupestres a exemplo do município de Pocinhos, embora este tenha potencial para estruturação do seu espaço para o turismo. O município de Boqueirão teve uma restrição em sua consolidação como unidade turística devido ao período de seca que assolou a região no início da década de 2010 até o ano de 2018 quando a área da represa passou a receber as águas da transposição do São Francisco aumentando a expectativa de investimentos na infraestrutura local.

Considerando-se a escala regional observou-se que apenas dois municípios são considerados como espaços reais ao tempo em que os demais limitam-se a espaços potenciais, incluindo Campina Grande por supervalorizar o São João deixando de investir em outros atrativos que possibilitam a apropriação espacial. Por outro lado, considerando o fato da sua complexidade urbana emergente, a cidade possui três variáveis propostas no Programa de Regionalização do Turismo (Estabelecimentos, Empregos e Visitações Nacionais) restando apenas investimentos para que o espaço se torne de fato um centro turístico capaz de atrair visitantes de outros países.

Considerações finais

Os problemas de infraestrutura evidenciados ao longo das atividades de campo assim como a ausência de acessibilidade a equipamentos que viabilizem a difusão da atividade turística na maioria dos municípios inseridos na região geográfica intermediária de Campina Grande se caracterizam ainda como os maiores desafios para o processo de interiorização e efetivação da produção do espaço turístico paraibano existindo um isolamento dos espaços com potencialidade para se constituírem como turísticos

Percebemos então que na perspectiva daqueles que estão empenhados em dar funcionalidade a cidade de Campina é preciso entender que locais que podem ser considerados como potenciais turísticos, só podem ser assim classificados, de acordo com os

equipamentos ao seu redor, que favoreçam um suporte para as atividades que ali serão desenvolvidas, podemos considerar estes: hotéis e pousadas como locais de estadia para o visitante, restaurantes e lanchonetes como os servidores de alimentação básica para os mesmos, além de um circuito de trânsito que favoreça e dinamize a circulação dos indivíduos.

Referências

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro : Reyan, 2000.

BARROS, Nilson Crócia. **Análise regional e destinações turísticas**: possibiliddes teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo. Revista científica do Mestrado em turismo e hotelaria da Universidade Vale do Atajaí. - Atajaí : [s.n.], abr-dez de 2002. - Vol. 4. - pp. 9-32.

BARROS, Nilson Crocia. **Manual de Geografia do Turismo**. Recife : UFPE, 1998.

BOULLON, Roberto. **Planejamento do espaço turístico**. trad. Baptista Josely Vianna. - São Paulo : EDUSC, 2002.

CAPDEVILA, Maria Bolós; PLA, Maria Del Tura e; VALENTI. J Vila. **Manual de ciencia del paisaje**: teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona : Masson, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. trad. Caetano Arlete. - São Paulo : Paz e Terra, 2000. - Vol. 48.

COSTA, Paulo Cesar da. **O Conceito de região e sua discussão**. In. GOMES, Paulo Cesar da Costa, CASTRO, Iná Elias e; CORREA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro : Bertrand, 1995.

CRUZ, Rita de Cassia**. Política de Turismo e território**. São Paulo : Contexo, 2002. - 3.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Recortes de paisagens na cidade do Recife**: uma abordagem geográfica. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade do Estado de São Paulo, USP, 1997.

GOTTDIENER, Mark. **A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial**: o caso dos Estados Unidos. In. Valladares L e Preteceile E. Reestruturação urbana: tendências e desafios.São Paulo : Nobel, 1990.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. **O conhecimento geográfico na promoção do turismo como alternativa de desenvolvimento do Estado da Paraíba**. Campina Grande : EDUFCG, 2018.

LEFEBVRE, Hanri. O direito a cidade. São Paulo : Centauro, 2001.

MEDINA, Júlio César. Re-construcción de la cultura y del espacio turístico. In. BRASILEIRO, Maria D. S, MEDINA, Júlio Cesar e; CORIOLANO, Luiza N. **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande : ,EDUEPB, 2012.https://doi.org/10.7476/9788578791940.0003

MONTEIRO, Carlos A. **Figueiredo. Geossistemas**: a história de uma procura. São Paulo : Contexto, 2001. - 2a.

OLIVEIRA, Antônio Pereira de. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo : Atlas, 2001.

RODRIGUES, Adyr A. B**. Turismo e espaço** - rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo : Hucitec, 1997.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geomorfologia, ambiente e planejamento**. São Paulo : Contexto, 2001 (Repensando a Geografia).

SANTOS, Milton**. A Natureza do espaço**. São Paulo : Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton**. Espaço e Método**. São Paulo : Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1979.

VASCONCELOS, Pedro de A. **A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. Cidades**. Presidente Prudente : [s.n.], 2004. - Vol. 1. - pp. 259-274.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil** . São Paulo : studio Nobel, 2001. -